



## OPERÁRIAS DA MADEIRA: TRABALHO, MEMÓRIAS E IDENTIDADE

WOOD WORKERS: WORK, MEMORIES AND IDENTITY

TRABAJADORES DE LA MADERA: TRABAJO,  
MEMORIAS E IDENTIDAD

 10.5935/2177-6644.20230040

**Andriele de Jesus Gomes \***

 [0009-0005-2692-9971](https://orcid.org/0009-0005-2692-9971)

**Rosemeri Moreira \*\***

 [0000-0002-6221-4405](https://orcid.org/0000-0002-6221-4405)

**Resumo:** O objetivo deste artigo é discutir a participação de mulheres no setor madeireiro em Guarapuava, nos anos 1980-2007, a partir de lembranças de antigas operárias da madeira IBEMA/Coralplac. Buscamos historicizar a entrada de mulheres neste setor e como eram as relações de trabalho e familiar. As memórias aqui apresentadas são sobre o cotidiano e as relações de gênero vivenciadas por mulheres trabalhadoras que buscavam sobreviver e melhorar as condições de vida, de si e de familiares. Essas mulheres construíram sua identidade como operárias, se identificam desta forma e se posicionam de maneira orgulhosa que são. Para tanto, apresentamos a situação do setor madeireiro na década de 1980, período de contratação destas mulheres pela empresa madeireira, a fim de contextualizar a situação das primeiras operárias que adentraram no setor.

**Palavras-chave:** Operárias. Memórias. Gênero.

**Abstract:** The aim of this article is to discuss the participation of women in the wood sector in Guarapuava, in the years 1980-2007, based on recollections of former wood workers IBEMA/Coralplac. We seek to historicize the entry of women into this sector and what work and family relationships were like. The memories presented here are about everyday life and gender relations experienced by working women who sought to survive and improve their living conditions, themselves and their families. These women built their identity as workers, identify themselves in this way and proudly position themselves as they are. Therefore, we present the situation of the timber sector in the 1980s, when these women were hired by the timber company, in order to contextualize the situation of the first female workers who entered the sector.

**Key-words:** Workers. Memories. Gender.

**Resumen:** El objetivo de este artículo es discutir la participación de la mujer en el sector de la madera en Guarapuava, en los años 1980-2007, a partir de los recuerdos de ex trabajadores de la madera IBEMA/Coralplac. Buscamos historizar el ingreso de la mujer a este sector y cómo eran las relaciones laborales y familiares. Las memorias que aquí se presentan son sobre la vida cotidiana y las relaciones de género vividas por mujeres trabajadoras que buscaban sobrevivir y mejorar sus condiciones de vida, ellas mismas y sus familias. Estas mujeres construyeron su identidad como trabajadoras, se identifican así y se posicionan orgullosamente como son. Por ello, presentamos la situación del sector maderero en la década de 1980, cuando estas mujeres eran contratadas por la empresa maderera, con el fin de contextualizar la situación de las primeras trabajadoras que ingresaron al sector.

**Palabras-clave:** Trabajadores. Memorias. Género.

---

\* Mestre em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO).  [7627826052262148](https://orcid.org/7627826052262148) - E-mail: [andrielegomes88@gmail.com](mailto:andrielegomes88@gmail.com).

\*\* Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora Associada da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em História da mesma Instituição de Ensino Superior.  [3145859349644085](https://orcid.org/3145859349644085) - E-mail: [rosemeri.moreira@gmail.com](mailto:rosemeri.moreira@gmail.com).

No teatro da memória, as mulheres são uma leve sombra [...] (PERROT, 2005, p. 33).

Eu e meus filhos viemos para cá igual formiguinhas, saímos do interior todos juntos! Eu precisava trabalhar, ensinei os mais velhos a cuidarem dos mais novos, e quando os mais velhos iam crescendo começavam a trabalhar também (MARIA CANDIDA, 2021).

Em franco projeto político de desenvolvimento industrial, nas décadas de 1970-1980, a exploração madeireira no Estado do Paraná, e na região de Guarapuava em específico, passava por uma transição: das chamadas “serrarias” o setor se consolidava como “indústria madeireira”. As primeiras, operantes na região desde os anos 1940, estavam pautadas na extração de madeira<sup>1</sup> para o mercado interno (construções habitacionais e indústria moveleira), e com pouca ou nenhuma preocupação governamental com o desmatamento (SANTOS, 1986). As serrarias, essencialmente, trabalhavam com serrados na “fase bruta”, que corresponde ao corte da madeira em forma de toras, tornando-as em serrados e posteriormente lâminas. Considerado trabalho de homens, estes ficavam acampados em matas, semanas ou meses, e usavam a força física para serrar as árvores, cavalos para arrastar as toras pela mata, etc.

Com apoio estatal e interesse do mercado externo, o setor se transformou em indústria da madeira com o aperfeiçoamento das etapas da produção, uso de máquinas e com foco no mercado internacional. Nesse processo, a elite econômica da região de Guarapuava teve ampliado seus recursos tecnológicos e financeiros para agricultura, para as indústrias de produção de papel, papelão e celulose e na indústria moveleira (BRAVIN; GOIS; BRAVIN; 2015). Essa ampliação facilitou a abertura de novas empresas madeireiras no município e o aumento de contratações, inclusive de mulheres, até então distantes desse espaço de trabalho.

Esse artigo é uma reflexão sobre o cotidiano fabril e familiar de onze operárias da madeira que trabalharam na madeireira IBEMA/Coralplac, em Guarapuava-PR, de 1980 a 2007, respectivamente: abertura e declaração de falência da firma<sup>2</sup>. A partir das lembranças das entrevistadas, refletimos a partir de três eixos: a origem rural dessas operárias e/ou de suas famílias; maternidade e trabalho; e, por fim, a ocupação de cargos de mando e uso de máquinas.

---

<sup>1</sup> Transportadas e comercializadas na cidade de Ponta Grossa – PR, pólo do setor do estado no período, a 165 km de Guarapuava.

<sup>2</sup> As entrevistadas trabalhavam na fábrica entre os anos 1980-2007. Realizamos entrevistas flexíveis sobre sua vida e rotina de trabalho na época. As entrevistas foram realizadas entre 2021 e 2022. Devido se tratar do período pandêmico, algumas foram *online* e as demais presenciais.

Em se tratando de operárias, para Rago, existe invisibilidade no ambiente de trabalho, o que faz com que mulheres fiquem silenciadas na rotina de trabalho nas fábricas, uma vez que o trabalho fabril foi organizado segundo os interesses e exigências da expansão do capital (RAGO, 1985, p. 18). A ocupação laboral é perpassada por diversas expectativas sociais. Em outras palavras, o trabalho está organizado em várias instâncias que afetam a vida das trabalhadoras, dentre essas estão as relações de gênero. As mulheres das classes populares sempre precisaram trabalhar, seja para independência financeira, para somar ao ganho familiar, para terem autonomia e representatividade em espaços sociais, e principalmente para a sobrevivência. Segundo Maria Izilda Matos & Andrea Moreli (2016), a ideia e trabalho “feminino”, atribuído a mulheres, desde o início do capitalismo foi posto como sendo uma expansão do que era visto como naturalmente doméstico (privado) para o espaço público, principalmente a função maternal da cuidadora: nas atividades de cuidar da casa, do marido, de filhos(as), de idosos(as). Cuidar, cozinhar, limpar, costurar, etc.

Além disso, a chamada “História das Mulheres do Brasil”, nasceu no interior de uma historiografia do trabalho, em 1980, período de mudanças na escrita da História, com um abandono do interesse pelos partidos políticos e sindicatos, e incorporação de outros temas, tais como: o cotidiano das fábricas, a vida no interior das famílias, os valores, crenças e hábitos que perpassam a classe trabalhadora (RAGO, 1995).

### **Da roça à cidade: mulheres na indústria madeireira**

Em relação à faixa etária, quatro das mulheres entrevistadas tinham entre 70 e 80 anos de idade no momento das entrevistas. As demais estavam na faixa dos 45-69 anos. Do total das entrevistadas, cinco delas fizeram parte do primeiro contratado pela madeireira nos anos 1980. Oito estavam aposentadas no momento das entrevistas. Sobre o estado civil: seis se declararam casadas, três separadas; uma divorciada; uma viúva e uma se declarou solteira. Nove delas tiveram de dois a sete filhos(as). Em comum, todas tinham pouca ou nenhuma escolaridade quando começaram a trabalhar como operárias da madeira. Duas delas nunca frequentaram escola; cinco cursaram até o 4º ano do Ensino Fundamental; quatro iniciaram o Ensino Médio, porém somente uma concluiu.

Outra importante característica observada é o fato de serem provenientes de família de agricultores, majoritariamente, do interior do Estado do Paraná, e que migraram para as cidades em fins dos anos 1970 e meados da década de 1980, em meio ao intenso processo de

êxodo rural<sup>3</sup>. Sete das entrevistadas nasceram na zona rural, em famílias que trabalhavam na roça, donas de pequenas propriedades ou que arrendavam terras para plantio.

Dessas sete, três delas migraram para a cidade já adultas e as demais eram crianças ou adolescentes. Dona Maria Cândida<sup>4</sup>, conhecida como Candinha, nasceu na zona rural do município de Laranjeiras do Sul-PR<sup>5</sup>. Aos 34 anos de idade e recém separada do marido, sem condições de se sustentar na roça e nunca ter frequentado a escola, veio para Guarapuava em busca de trabalho. Entrou nas primeiras vagas da madeireira abertas às mulheres. Em situação parecida, Dona Vilka<sup>6</sup> também migrou para Guarapuava, aos 25 anos de idade, recém viúva e com três filhos (dois meninos e uma menina), proveniente do interior do Distrito de Guairacá<sup>7</sup>, onde havia vivido desde o nascimento. Começou a trabalhar na indústria madeireira em 1980 e ficou até 2005, quando se aposentou. Por sua vez, Dona Saloméa/Marta<sup>8</sup>, nasceu e trabalhou na roça, no interior de São Matheus do Sul-PR, e migrou quando moça, com a família, passando por algumas cidades. Sem nunca ter frequentado a escola, trabalhou como empregada doméstica. Em Guarapuava, começou a trabalhar na madeireira, onde ficou por 32 anos (de 1982-2006).

Também vindas da zona rural, porém com menos de 18 anos, as senhoras Aguina, Marli, Maria Helena e Geralda, vieram para a cidade com a família. Dona Aguina<sup>9</sup>, saiu de

---

<sup>3</sup> A zona rural tem sido definida como as ocupações humanas que tem por base a coleta, cultivo de plantas e criação de animais, acompanhada ou não de povoados com comércio e instituições religiosas e administrativas. Outro elemento importante nessa caracterização é a proximidade com a natureza e a dependência das condições climáticas para realização das atividades laborais. Além disso, as zonas rurais geralmente são caracterizadas como tendo baixa densidade populacional e com certa homogeneidade de características culturais tais como a linguagem, crenças religiosas, opiniões, tradições, etc. (BISPO; MENDES, 2012). É na relação comparativa que rural e urbano se transformam em categorias. As zonas urbanas são características com maior complexidade nas relações, com uma elevada estratificação social, uma densidade populacional maior em comparação com o campo. E suas formas de trabalho são especializadas de maneira mais abrangente e com maior mobilidade social (GOMES; VESTENA, 2008).

<sup>4</sup> Entrevistada no ano 2021, aos 80 anos de idade. Atualmente é divorciada, aposentada e mãe de sete filhos(as): cinco homens e duas mulheres. Trabalhou na indústria madeireira desde a instalação da empresa em Guarapuava, até próximo ao seu fechamento: de 1980 a 2002. Começou a trabalhar na madeireira como auxiliar de produção, sem experiência ou qualquer tipo de instrução na época. Trabalhou como operária na mesma madeireira até se aposentar em 2002.

<sup>5</sup> Pequeno Município na região centro sul do Estado do Paraná, a 113 km de Guarapuava.

<sup>6</sup> Com 74 anos de idade no momento da entrevista, começou a trabalhar na indústria madeireira em 1980 e ficou até 2005, quando se aposentou.

<sup>7</sup> A 36,9 km da cidade de Guarapuava.

<sup>8</sup> Aos 70 anos, concedeu entrevista em 2021. Atualmente é separada, não teve filhos e está aposentada. Ficou na madeireira até se aposentar em 2006. Ela é conhecida como Marta “[...] Na minha época, quando se fazia Crisma, não se crismava sem ter nome de santo no nome, daí foi colocado o Marta “no meio” e ficou Saloméa Marta. O nome Marta não está nos meus documentos, apenas foi falado na época para que eu recebesse o sacramento... mas depois eu me identifiquei como Marta! É um nome curto e bem mais fácil de lembrar” (SALMOÉ/MARTA, 2021).

<sup>9</sup> Tinha 53 anos de idade no momento da entrevista. Atualmente trabalha em casa e faz peças de crochê e bordado, por encomenda.

Campina do Simão<sup>10</sup>, quando criança, com os pais. Aos 20 anos de idade, já casada, começou como operária na madeireira na função de auxiliar de produção, de 1990 a 1992. Narrou ter saído da madeireira após o nascimento do primeiro filho e que nunca mais trabalhou com carteira registrada. Dona Marli, ainda menina, veio do distrito de Palmeirinha com a família<sup>11</sup>. Começou a trabalhar na madeireira aos 16 anos, em 1980, onde ficou até 2007. Na época estava cursando o 2º ano do Ensino Médio, mas, relatou que parou de estudar para trabalhar na madeireira, pois precisava ajudar em casa e queria ter seu próprio dinheiro, não dependendo dos pais. Outra entrevistada que migrou ainda jovem para a cidade é a senhora Maria Helena. Ela veio com a família do interior de Guamiranga-PR<sup>12</sup>. Entrou na madeireira aos 18 anos de idade, em 1985, mas precisou sair do emprego para cuidar da mãe que estava doente. Voltou a trabalhar na madeireira em 1997, e ficou até o fechamento da empresa, em 2007. Por fim, das entrevistadas nascidas na zona rural, temos a senhora Geralda<sup>13</sup>, que nasceu em Mato Verde-MG<sup>14</sup> e migrou com a família em busca de trabalho e emprego, passando por diversas cidades. Em algumas delas, o pai conseguiu emprego em madeireiras. Em Guarapuava, já casada, foi contratada pela madeireira no final de 1989. Relatou ter estudado até a 3ª série do Ensino Fundamental:

Eu não lembro de praticamente nada de quando morava de Mato Verde, só sei que era no interior, fia! Meu pai sempre foi de trabalhar para os outros, em serrarias viemos embora ainda tudo criança para o Paraná para o pai trabalhar na serraria (GERALDA, 2022).

Histórias de pais que trabalhavam na roça ou em serrarias se repetem, em trajetórias percebidas como sofridas e humildes.

As demais quatro entrevistadas - senhoras Rosilene, Anadir, Marilda e Rozana - nasceram em Guarapuava, mas suas famílias também eram de lavradores que haviam migrado para a cidade em tempos recentes. A senhora Rosilene<sup>15</sup>, com 55 anos no momento da entrevista, começou a trabalhar na empresa aos 23 anos de idade, em 1989 ou 1990, sem lembrar com exatidão. Declarou ter trabalhado doze anos como operária da madeira, saindo da empresa em 2002, para abrir o próprio negócio: uma lanchonete no centro da cidade. Era

---

<sup>10</sup> Município de pequeno porte, à 70,3 km de Guarapuava.

<sup>11</sup> À 20,4 km. Tinha 57 anos no momento da entrevista. Casada, tem três filhas e um filho.

<sup>12</sup> Município de pequeno porte, à 70,3 km de Guarapuava. Atualmente com 55 anos de idade. Atualmente está casada e trabalha em casa.

<sup>13</sup> No momento da entrevista estava com 58 anos, se divorciou por volta de 1991, quando tinha uma filha de cinco anos.

<sup>14</sup> À 1.818,4 km de Guarapuava-PR. Ela narrou que a família morou em Ivaiporã e Cândói. Municípios do Paraná, respectivamente a 160,9 km e 75,1 km de Guarapuava.

<sup>15</sup> Viúva, não casou novamente e mora com o filho caçula.

solteira quando começou a trabalhar na empresa. Posteriormente casou-se e teve dois filhos. No caso da senhora Anadir<sup>16</sup>, aos 31 anos e com três filhos, começou a trabalhar na madeireira em 1990 e ficou até 2007. Teve o quarto filho enquanto era operária da empresa. Relatou ter trabalhado como auxiliar de produção e no final do emprego foi para o almoxarifado e depois para a portaria. Dentre as entrevistadas é a única que concluiu o Ensino Médio. A senhora Marilda<sup>17</sup>, por sua vez, começou a trabalhar na indústria madeireira aos 37 anos. Solteira, teve uma filha e nunca se casou. Estudou até a 4ª série do Ensino Fundamental. Segundo ela, sempre trabalhou na indústria madeireira, pois não tinha estudo suficiente para ocupar outras profissões na época. Por fim, a senhora Rozana<sup>18</sup> trabalhou na madeireira de 2003 até 2007. Ela relatou ter estudado até os anos iniciais do Ensino Fundamental. Atualmente é confeitadeira trabalhando por encomenda.

Nos relatos das cinco entrevistadas que começaram a trabalhar na madeireira em 1980 (Maria Cândida; Vilka; Marta, Marli e Maria Helena) é recorrente nas narrativas o “sonho de mudar de vida”, delas ou dos pais. As expectativas, na época, eram de conseguir um emprego fixo, ter “carteira assinada”, para sustentar o sonho de comprar uma casa própria. Os relatos indicam que a pouca oportunidade de estudo ia ao encontro da oferta da indústria madeireira, que na época não exigia escolaridade nem experiência anterior. Sendo uma das formas de sustento viável às classes populares, principalmente àqueles(as) vindas da lida do campo.

Nesse período, o Estado do Paraná estava em pleno processo de urbanização. Intensificado, a partir da década de 1970, devido ao intenso fluxo migratório de grupos provenientes da zona rural para aglomerações urbanas (GOMES; VESTENA, 2018). Processo que se perpetuou até os anos 1990. Sobre a região de Guarapuava, segundo Silva (1995), algumas mudanças na agricultura contribuíram para que várias famílias que moravam no campo, abandonassem a zona rural e migrassem para centros urbanos. Dentre essas mudanças, destacamos o aperfeiçoamento de novas técnicas agrícolas, oriundas de imigrantes de mão de obra europeia e a transferência significativa de propriedades para esses grupos<sup>19</sup>.

Aprofundando o debate, o êxodo do campo para as cidades, para Lazzari & Souza (2017), está vinculado a mudanças relacionadas à chamada “Revolução Verde”, levada a cabo no Brasil, entre as décadas de 1960 e 1970. Segundo essas autoras, essa “revolução” foi feita

---

<sup>16</sup> Foi entrevistada no de ano 2021 casada e com 70 anos de idade.

<sup>17</sup> No momento da entrevista estava com 57 anos de idade.

<sup>18</sup> No momento da entrevista estava com 45 anos de idade, casada, com três filhos.

<sup>19</sup> Segundo Silva, no de ano de 1970 a estimativa é que existiam 2.729 proprietários de terras divididos em: 2.384, eram descendentes de alemães, italianos e eslavos (40,32%); 131 eram brasileiros naturalizados (2, 22%); e 214 eram estrangeiros (3,63%) totalizando os 2.729 proprietários (SILVA, 1995, p. 60).



no país com a promessa de modernização do campo, aumento da produção de alimentos e erradicação da fome. Um movimento visto como “uma nova era” para a agricultura com a difusão de novas tecnologias agrícolas, tais como tratores e colheitadeiras mecânicas, sem contar a utilização de agrotóxicos e fertilizantes químicos. Segundo Lazzari & Souza (2017, p. 5):

A aclamada modernização do campo fez com que pequenos produtores fossem expropriados, dando lugar aos moldes empresariais de organização da produção garantindo que a divisão de terras fosse ainda efetiva, aumentando ainda mais as diferenças.

Anadalvo Santos (1986), enfatiza que muitas famílias de agricultores se endividaram com créditos bancários a perderam suas terras. Sobre a configuração da população urbana e rural de 1940-1990 temos:

**Tabela 1 – População do município de Guarapuava-PR**

| Ano  | População total | População rural | População urbana |
|------|-----------------|-----------------|------------------|
| 1940 | 96.235          | 90.476          | 5.759            |
| 1950 | 67.436          | 61.947          | 5.489            |
| 1960 | 110.903         | 67.639          | 43.264           |
| 1970 | 158.585         | 68.636          | 89.951           |
| 1980 | 159.573         | 52.551          | 107.22           |
| 1990 | 96.947          | 80.585          | 16.382           |

Fonte: Censos demográficos de 1940-1990-Instituto Brasileiro de Geografia Estatística IBGE.

Na tabela acima observamos o aumento da população que saía do campo em direção a cidade. A “Revolução Verde”, e o incremento de novas técnicas e maquinários agrícolas, tornou inviável a manutenção no campo para pequenos produtores. Alguns centros urbanos, tal como Guarapuava, começaram a direcionar sua modernidade para o desenvolvimento do setor madeireiro, que de antigas serrarias e do trabalho bruto, alavancou para a indústria madeireira. O movimento migratório, embalado pelo “sonho da melhoria de vida”, se chocou com a realidade das dificuldades existentes para as famílias recém vindas da zona rural: falta de emprego, exclusão social, diferenças culturais, baixos níveis de escolaridade e ausência de experiência de trabalho para além da terra (GOMES; VESTENA, 2018).

A intensificação da urbanização tornou as relações sociais e econômicas mais complexas em Guarapuava, proporcionando demanda por espaços de moradia, e como consequência, também problemas ambientais, como a poluição do solo e da água<sup>20</sup>. O

<sup>20</sup> Em contrapartida, nos anos 1980 foi construído em Guarapuava um discurso, submetido a bases tradicionais e conservadoras, pautado na ideia de representar uma “cidade nova”, e/ou “cidade moderna” seguindo a lógica do progresso (LOBODA, 2008, p. 10; TEMBIL, 2007). Discurso postulado pela elite política de Guarapuava de uma cidade moderna, em vias de progresso.

crescimento da população urbana e a falta de planejamento público em relação a isso, contribuíram para o estabelecimento de problemas estruturais tais como a ocupação de áreas consideradas periféricas, com falta de saneamento básico e próximas aos rios (GOMES; VESTENA, 2018). Com o avanço das migrações, os novos loteamentos começaram a ser organizados para suprir a demanda de novos(as) moradores(as) da cidade, em que muitos(as) deles(as) acabaram trabalhando na indústria madeireira, tal como as senhoras entrevistadas.

Na narrativa de dona Maria Cândida, a qual veio para a cidade aos 40 anos de idade e com seus sete filhos, a intenção era se estabelecer na cidade com um emprego que, segundo ela, pudesse garantir um futuro melhor para os filhos, pois não tinha mais garantia de conseguir trabalho no campo: “Eu e meus filhos viemos para cá igual formiguinhas, saímos do interior todos juntos! Eu precisava trabalhar, ensinei os mais velhos a cuidarem dos mais novos, e quando os mais velhos iam crescendo começavam a trabalhar também” (MARIA CANDIDA, 2021).

A dureza da realidade da vida na cidade foi narrada entremeada às conquistas dessas mulheres, as quais demonstraram carregar uma memória de respeito, orgulho e altivez ao fato de terem sido operárias. Discutiremos a seguir.

### **Para além do sonho: a dureza da realidade e o orgulho em ser operária**

Nas narrativas das entrevistadas estão presentes a angústia em deixar filhos(as) sozinhos(as), o cheiro da madeira, o barulho das máquinas e das gentes. Além disso, algumas frases soam ora como lamento, ora com orgulho do que foi conquistado com um árduo trabalho. Como Pierre Nora, consideramos que “[...] a memória se refugia a um momento particular da nossa história, um momento de articulação com a consciência e a ruptura com o passado” (NORA, 1993, p. 12). As memórias e seus relatos estão articulados a em alguns momentos como pequenos retalhos que dão forma e sentido ao serem rememorados.

A História Social das Mulheres, afirma Margareth Rago, corresponde a uma gama de informações que enriquecem a experiência pessoal e coletiva das mulheres de ações conscientes e, de certo modo, heróicas (RAGO, 1985, p. 87). Contudo, observamos o cuidado necessário na heroicização do sofrimento humano, vivido nas relações de trabalho e de gênero. Magna Neves (1981) defende que as condições de trabalho das mulheres são mais dolorosas, considerando o fato de que elas sofrem com a dupla ou tripla jornada diária. Isso são fatores de ordem política e cultural, que preponderam na sociedade: as formas de

rendimento do trabalho de mulheres para a seleção, controle, e rendimento da força de trabalho das operárias.

Além disso, é preciso assinalar que mulheres sempre trabalharam, seja no campo ou na cidade, e que durante a revolução agrícola os pequenos núcleos de moradias do interior foram perdidos para grandes latifundiários: terra, moradias e sustento (SAFFIOTI, 1986). Famílias que, na maioria das vezes, não tiveram acesso à educação formal devido às dificuldades de acesso (distâncias) à escola, e porque o trabalho (vinculado à sobrevivência) era mais valorizado que o estudo, para as pessoas que moravam no campo.

Dona Candinha relatou nunca ter estudado, mas que aprendeu a reconhecer letras e números após começar a trabalhar na madeireira. Segundo ela, ocasionalmente suas colegas de trabalho a ajudavam na contagem da produção de lâminas de madeira, que era feita para o registro da produção diária. Relembrou esse período amistoso e contente. A jornada de trabalho é lembrada como longa e cansativa: “Uma das coisas que eu me lembro muito bem era o meu horário de trabalho, pegava às 3h30min da madrugada e largava às 6h00 da tarde todos os dias” (MARIA CÂNDIDA, 2021).

Como um lamento ao mesmo tempo orgulho, a menção a esse horário de trabalho se repetiu em outros momentos da entrevista. Ela trabalhou por 22 anos na empresa e passou por vários setores. Nesse turno, repetidamente mencionado, transparece o reforço, ainda vívido, das dificuldades de uma mãe operária, em que os filhos ficavam sozinhos em casa. Os mais “velhos” - 13 e 14 anos de idade -, cuidavam da casa e ficavam com os menores, ela narra. Sem precisar as idades, lembra que os mais novos tinham entre 6 e 10 anos. As dificuldades eram constantes: precisava dar conta dos filhos, da casa, fazer longas jornadas de trabalho, e ainda horas extras para aumentar a renda. Com isso, orgulhosa, narra que comprou sua casa, a mesma que mora até hoje (bairro Morro Alto), com as economias que juntou. A casa de madeira foi construída aos poucos, conforme ia juntando dinheiro do salário e, principalmente, das horas extras. Seu filho mais velho, quando completou 16 anos de idade, começou a trabalhar na madeireira junto com ela, para ajudar no sustento da casa.

Conforme as narrativas, as entrevistadas desempenharam funções diversas na madeireira: foram auxiliar de produção; almoxarifado; porteira; encarregada e gerente de setor e operadoras de máquinas. É preciso assinalar que nesse período, o horário de trabalho era regido pelo Decreto nº 21.364/32, que havia instituído a jornada de trabalho de oito horas diárias e a possibilidade de duas horas extras por dia. A Lei 605/1949, por sua vez, instituiu os trinta dias de férias e o descanso semanal remunerado. Contudo, essas atribuições e leis

foram asseguradas somente na Constituição Federal de 1988, em que a jornada de trabalho não pode ser superior a 8 horas diárias e 44 horas semanais (AGÊNCIA SENADO, 2007). Em relação ao trabalho noturno das mulheres a legislação do período, em vigência a partir de 1984 (Lei nº 7.189/84), tornava-o permitido, para aquelas acima de 18 anos, em empresas ou atividades industriais.

Sobre a dureza da realidade operária, Dona Marli relembrou: “Dar conta de cuidar dos filhos, da casa, do marido e do trabalho era complicado! Eu não tinha escolha, eu precisava trabalhar e ajudar nas despesas de casa, caso contrário as contas não fechavam (MARLI, 2021). A questão do trabalho ocupa um lugar de centralidade na vida dos indivíduos, seja ele remunerado ou não remunerado, principalmente na vida das mulheres. E o trabalho doméstico amplia em uma dupla jornada de trabalho para as mulheres (HIRATA, 2008). Além disso, para a classe operária, o discurso referente a família burguesa da estrita separação das esferas pública/privada, e do feminino/masculino, é atropelado pelas exigências da sobrevivência.

Em sua narrativa, Dona Marli enfatizou ter trabalhado na roça desde a infância até os 30 anos de idade. Aos 31 anos de idade ficou viúva e teve que seguir - com os três filhos adolescentes - rumo a cidade em busca de emprego. A madeireira foi o seu primeiro emprego fixo depois da sua saída do interior, e assim que a empresa permitiu, seus filhos também começaram a trabalhar no local, quando completaram 16 anos de idade:

Eu não tinha quase estudo, estudei até a 4ª série apenas. Lá na roça não estava dando mais para se sustentar, e naquela época eu ainda não tinha conseguido uma aposentadoria por ser viúva. Tive que sair do interior em busca de emprego, e que mesmo se eu tivesse aposentada pela morte do meu marido o salário não ia dar conta de pagar todas as despesas de casa (VILKA 2021).

Dentro desse contexto de êxodo rural, dona Vilka reconhece e relembra as muitas dificuldades de quem era lavrador(a) para se adaptar ao trabalho em uma indústria, pois não tinham o conhecimento técnico adequado. Em suas palavras existe uma responsabilização (culpabilização) pela situação. O “eu não tinha quase estudo” indica ainda a crença da trabalhadora que a escolaridade poderia ser um meio de melhoria de emprego e salário. Segundo Luz (1980), registros de empresas da época, apontam que as madeireiras e serrarias, de maneira geral, não exigiam contratação de funcionários com experiência, ou até mesmo com escolaridade específica. Normalmente aprendiam a trabalhar nos setores a partir do trabalho com os (as) colegas, os quais tinham o hábito de indicar pessoas conhecidas (familiares e amigos) para trabalharem na empresa.

A senhora Vilka também narrou que: “Meus filhos começaram a trabalhar ainda meninos, não lembro exatamente que idade tinham, mas eram novinhos. Eu, sendo viúva e da roça precisava aumentar a renda do sustento da casa” (VILKA, 2022). Para Margareth Rago (1985), a situação de precisar colocar os (as) filhos (os) para trabalhar apresentava duas situações bem específicas:

[...] Os próprios pais operários desejavam que seus filhos trabalhassem em seus estabelecimentos, pois isso representaria um alívio no orçamento doméstico. Os dois lados seriam beneficiados deste contrato: os patrões economizariam ao empregar uma força de trabalho não-especializada e mais econômica; os pais lucrariam, completando seu rendimento financeiro. O emprego de uma mão de obra tão jovem não deveria então chocar, apelava o discurso patronal, pois atendia aos interesses dos próprios operários (RAGO, 1985, p. 139).

O trabalho de filhos(as) mais velhos(as), apesar de serem jovens, representava a possibilidade de aumentar a renda. Além disso, a própria empresa contratava funcionários(as) jovens desde o início do seu funcionamento na cidade.

Dona Marli, que veio jovem com a família da zona rural, começou a trabalhar na empresa na década de 1980, aos 16 anos. Morava com os pais e precisava, narrou, ajudar a família na sobrevivência. Com turno das 6h30min até 18h, no setor da laminadora, recorda das dificuldades em conciliar o estudo com a rotina de trabalho. Segundo ela:

Eu me sentia muito fraca, não dormia direito, sofria com insônia e tinha medo de chegar atrasada no trabalho ou na escola. Nessa época eu estava bem magra, e estava emagrecendo cada vez mais, até ir ao médico e descobrir que estava com anemia, por não ter tempo de se alimentar direito e dormir muito pouco. Eu estava ficando exausta! (MARLI, 2022).

Essa situação exigiu à escolha entre trabalhar ou estudar, pois estava ficando inviável a situação da saúde para dar conta de ambos. Depois de algum tempo, decidiu largar a escola e continuou com o emprego. Com orgulho, relembra como conquista – sozinha - o emprego na madeireira:

Eu fui sozinha procurar serviço, eu precisava muito! Eu lembro que na época não queriam me dar serviço lá... porque achavam que eu não iria aguentar por ser muito novinha e ter que trabalhar no pesado, mas eu não tinha outra opção. Naquele tempo não era fácil de achar serviço, até no comércio tentei achar serviço e não deu certo (MARLI, 2021).

Nos anos de 1980 a empresa estava ainda em seus primeiros anos de atividade e atuava apenas com madeira laminada, setor em que ela começou a trabalhar. Somente no final dos anos 1980, a empresa passou a produzir a madeira compensada<sup>21</sup>. Segundo ela:

---

<sup>21</sup> A madeira compensada é a junção de madeiras, que formam uma única placa de madeira.

Eu comecei na laminadora. O laminado é feito com lâminas de madeira em geral de pinus, prensadas e coladas para formar chapas com espessura de 4 a 20mm, isso lá na IBEMA. Depois na Coralplac, nós fazíamos o compensado... é tipo uma placa composta de várias lâminas de madeira uma em cima da outra. Na sua composição podem ser utilizados vários tipos de madeira. E tem vários tipos de compensado, que são: laminados, sarrafeado, naval, entre outros. Há uma grande variação do tamanho, da espessura e da densidade das placas (MARLI, 2021).

Demonstrando respeito (ou em busca de reconhecimento) à própria história, enfatizou o conhecimento aprendido no trabalho, com uma memória viva, mesmo após vários anos. Por conta da produção desses compensados, mudou de turno várias vezes para cumprir as demandas da produção. Sua rotina de trabalho, comum aos demais operários(as), era de segunda a sábado, mas podia fazer hora extra aos domingos, meio período ou o dia todo:

O salário não era ruim, dava para fazer bastante hora extra. Muitas pessoas compraram seus terrenos, construíram suas casas com o dinheiro das horas extras, assim como foi o meu caso. Eu me casei em 1984, e meu marido também começou a trabalhar na empresa e com os dois salários fomos construindo a nossa vida (MARLI, 2021).

Poder trabalhar para muito além do horário ordinário é lembrado como algo positivo, pois possibilitou sonhar - e conseguir - um terreno e casa própria<sup>22</sup>.

Como dito, as narrativas embaralham e entremeiam as conquistas possíveis e o orgulho da própria história às dificuldades enfrentadas na vida na cidade. Dona Vilka lembra a pequena e antiga casa de madeira que a família alugou: “[...] havia apenas uma cozinha, uma sala, um banheiro e dois quartos”. Os filhos começaram a estudar em um colégio que ficava em outro bairro, distante da casa, o que dificultava a rotina de conciliar o trabalho com a necessidade de levar (e buscar) os(as) filhos(as) à escola. Na medida em que foi se familiarizando com a localidade, os(as) maiores começaram a levar os(as) mais novos à escola, a arrumar a casa, a cozinhar. Com o passar do tempo, fazendo muitas horas extras no trabalho, orgulhosa, ela relata que conseguiu comprar uma casa de madeira, no loteamento Recanto Feliz, bairro próximo a madeireira e onde mora até hoje:

Meu neto fica me fazendo companhia, durante o dia, ele vem brincar aqui em casa ele tem 9 anos de idade. Eu gosto, assim não fico sozinha, principalmente quando meu filho o deixa posar comigo. Eu gosto de ficar em casa, sou caseira agora, mas tenho saudade da época em que trabalhava, principalmente de conversar com as pessoas que eram meus amigos e amigas (VILKA, 2022).

---

<sup>22</sup> Entre os anos de 1989-1990 o governo local trouxe alguns investimentos para programas habitacionais de moradias populares. De acordo com Lisandro Schmidt (2009), às condições de moradias de bairros populares desde o calçamento até as próprias residências estavam em situações precárias, desse modo algumas ações de tentativa de mudança foram premeditadas pelo Instituto de Planejamento e Pesquisas Urbanas de Curitiba (IPPUC). E que por conta do envolvimento com esse instituto houve o repasse de recursos do governo do estado aos órgãos municipais, essa medida tinha a intenção de ampliar os loteamentos populares e que ficassem mais acessíveis.

Saudosista, morando sozinha, o período como operária é substituído pela lembrança da rotina de trabalho de um tempo em que era jovem, rodeada de pessoas e de amizades. Segundo ela, demorou alguns anos para aceitar o fato que não trabalhava mais e que estava aposentada. Essa saudade edulcorada é entremeada a lembranças dos tempos difíceis: “Trabalhar na empresa [...] não era fácil! Era pesado, os horários nem sempre eram bons de trabalhar, mas eu gostava muito de trabalhar, sinto falta de usar o meu uniforme e da rotina que tinha lá” (VILKA, 2022).

Segundo Saffioti (1976), o emprego traz à vida das mulheres um significado que pode ser analisado para além da remuneração, como um exercício ocupacional. Dona Vilka indica sentir falta disso: da juventude, da convivência com outras pessoas e de realizar uma atividade laboral. Para essa autora:

Para mulher, ter um emprego, significa, embora isso nem sempre se eleve a nível de consciência, muito mais do que receber um salário. Ter um emprego significa participar da vida comum, ser capaz de construí-la, sair da natureza para fazer a cultura, sentir-se menos insegura na vida. Uma atividade ocupacional constitui, portanto, uma fonte de equilíbrio. Todavia, o equilíbrio da mulher não pode ser pensado exclusivamente como o resultado do exercício de atividade ocupacional. Seu papel na família é a contrapartida necessária de suas funções profissionais, nas sociedades capitalistas (SAFFIOTI, 1976, p. 30).

É perceptível que dona Vilka sente saudade de ter uma vida mais ativa, de conviver com mais pessoas e da época que era jovem. Ser operária, por mais difícil que fosse, contribuiu para dar um significado à vida, e a dignidade da conquista em viver na cidade e criar os filhos.

Dona Saloméa/Marta entrou na madeireira em 1982, após perder o emprego como doméstica. Assim como Maria Cândida, aprendeu a ler, escrever e fazer contas com as colegas, trabalhando na madeireira. Nos anos 1980, o índice nacional de analfabetismo era de 25,5%, e 19,3% no Paraná. De acordo com Oliveira (2000), a preocupação em diminuir esses índices começou a ser colocado em prática somente a partir da Constituição de 1988, com projetos voltados aos anos iniciais do Ensino Fundamental. A escolarização passou a ser exigida concomitante ao processo de industrialização, que precisava de uma escolarização maior de trabalhadores(as). Segundo Oliveira (2000), o ano de 1990 foi marcado por reformas educacionais referentes ao Ensino Fundamental e combate ao analfabetismo.

Como já apontado, com pouca ou nenhuma escolaridade, para sobreviver, a classe trabalhadora era obrigada a aceitar empregos com duras condições de horários e salários. Dona Saloméa/Marta, rememora a busca pelo emprego com riqueza de detalhes, em maio de 1982:

Lembro bem, que naquele dia que cheguei aqui estava muito frio, foi no forte do inverno no mês de maio, estava chuvoso e viemos para cá mesmo assim ... não tínhamos escolha. Precisávamos de emprego. Eu e minha irmã viemos para a cidade primeiro. Chegamos aqui roxas de frio no dia 01 de maio, às 23h00 da noite. Na época, a empresa não tinha teste ou entrevista, a conversa acontecia com os próprios gerentes que faziam perguntas simples e iam mostrando os setores para mim. As atividades relativas a um cargo superior, como de operar máquinas, por exemplo, começaram a ocorrer no período da administração da Coralplac. O emprego era para mim e meu marido, só que ele não estava aceitando trabalhar no local. Eu fiquei aqui e criei raízes, todos os meus serviços eu criava raízes, porque sempre fui honesta com o meu trabalho e fiz praticamente de tudo na vida! Aos poucos meus irmãos também vieram em busca de trabalho e conseguiram também na firma (SALOMÉA/MARTA, 2021).

Ela vinha de regiões que fazem em média 23,3°C no verão e 15,4°C no inverno. Na região do 3º planalto, as temperaturas no inverno chegam facilmente abaixo de 0°. A memória vívida - data e horário exatos – indicam o choque de uma mudança climática e cultural necessária e sem possibilidade de escolhas, como ela menciona. O “criar raízes” se refere ao tempo em que trabalhou na empresa – por 24 anos. Com a separação do marido, voltou a morar com a mãe. Logo após a vinda dela, mãe e irmãos seguiram da roça para a cidade também. Nos 24 anos que trabalhou na madeireira foi servente por dois anos, passou a função de “encarregada”, chegou a ser gerente do setor de expedição e acabamento, e foi uma das primeiras operadoras de máquinas de empilhadeira da empresa. Nas palavras dela:

Eu até cheguei a trabalhar com a empilhadeira, ou operava a máquina e comandava o setor, na época tinha eu e a Marli que usavam as máquinas, o resto era tudo homem. As empilhadeiras tinham tamanho, existia a tamanho 50, 90 e 150 todas conseguiam carregar quantidades diferentes de madeira e também de suportar o peso (SALOMÉA/MARTA, 2021).

As mulheres começaram a realizar atividades relativas a cargos de mando e a operar máquinas na empresa por volta de 1992<sup>23</sup>, quando a empresa já havia sido renomeada como Coralplac.

Discursos sobre a modernização da cidade junto a projetos políticos estaduais de industrialização, prometiam prosperidade e melhoria de condições de vida aos trabalhadores (as), principalmente sob os olhos daqueles que viviam em condições precárias na zona rural. Assim como dona Candinha, Saloméa/Marta e Vilka, dona Maria Helena, conhecida como “Heleninha ou Nena”, aos sete anos de idade, veio com os pais e sete irmãos para Guarapuava, provenientes do interior da pequena cidade de Guamiranga-PR. Segundo ela, e fazendo coro às demais entrevistadas, seus pais sonhavam naquele período em melhorar as condições de vida na cidade. Entrou na empresa aos 14 anos, em 1985:

---

<sup>23</sup> no período da 2ª administração da empresa (Ângela Napoli e José Arthur Gomes), arrumar completar

Eu entrei lá! Porque precisava ajudar os meus pais, e meu cunhado já trabalhava lá, desde os 14 anos, sabe? Então foi ele que me indicou para trabalhar lá. Na época ele era um dos encarregados e me colocou para trabalhar na laminadora, no secador, na bolacheira e nas capas. Bem no final da firma, quando estava quase fechando, me colocaram para fazer o café da tarde, mas eu não gostava, só que era preciso naquela época né (MARIA HELENA, 2021).

Segundo Barros (2007), somente a Constituição Federal de 1988 colocou no exercício da função legal o trabalho do menor com 14 anos e proibiu o trabalho noturno, perigoso e insalubre aos indivíduos menores de 18 anos.

Contudo, dona Nena, saiu da empresa no mesmo ano porque precisou cuidar da mãe, doente e viúva. Posteriormente, em 1997, aos 31 anos de idade, voltou a trabalhar na madeireira e ficou até o fechamento da empresa. Teixeira (2009) assinala que a função de cuidar das pessoas, acaba desencadeando uma sobrecarga de trabalho às mulheres:

[...] Naquele tempo eu não era casada e morava com a mãe, então precisei ficar um tempo sem trabalhar fixo para cuidar dela, meus irmãos e minha irmã já eram casados e tinham suas famílias, e como eu ainda morava com ela precisei cuidar dela, eles também ajudavam na medida do possível (MARIA HELENA, 2021).

Em sua narrativa parece precisar explicar que não era casada - aos 14 anos – e por isso cabia a ela o cuidado com a mãe. Também de forma saudosa e orgulhosa, Dona Marli, ao longo dos 16 anos que trabalhou na empresa, narrou ter cumprido vários turnos e passado por diversas funções: auxiliar de produção (trabalhava no processo de laminação da madeira); encarregada de produção (fiscalização de produção feita pelos auxiliares, onde verificava a quantidade e a qualidade da produção); gerente e operadora de máquinas (atuava fazendo a fiscalização dos auxiliares e dos encarregados e passava as informações aos superiores, sobre a produtividade, qualidade da produção e tempo de produção) e foi chefe do turno da noite da empresa. Essa última consistiu nas mesmas atividades do encarregado da produção, apenas mudava o turno para a noite. Fez isso por nove anos.

Lembranças dos “bons patrões” também estão embaralhadas na sutileza de pequenas reclamações em falas menos edulcoradas. Dona Saloméa/Marta, se refere de forma afetuosa (diminutivo) ao gerente geral:

Seu Pedrinho é muito boa pessoa até hoje! Na época ele estava como gerente geral da firma e o dono era o pai da dona Ângela. O seu Renato era muito gente boa também, e era calmo para conversar e mandar nos funcionários...quando ele passou a empresa para filha ele continuou na empresa, sabia? Ele ficou tipo um vendedor externo. Ele pegava as madeiras que eram produzidas na Coralplac e vendia para o mercado externo (SALOMÉA/MARTA, 2021)<sup>24</sup>.

---

<sup>24</sup> Período que a empresa estava sob administração de Renato Napoli.

Seus relatos sobre os chefes indicam uma visão paternal. De acordo com Rago (1986), “[...] a auto imagem paternalista que alguns industriais constroem [...], visa reforçar sua autoridade, simbolizada na figura do pai, e assegurar a integração do trabalhador ao aparato produtivo” (RAGO, 1986, p. 34). Essa ideia faz com que haja uma aproximação do chefe com o funcionário, e até mesmo pode fazer com que os próprios operários aceitem ordens e orientações e condições de trabalho sem grandes questionamentos. Isso também pode ser associado a compreensão que a empresa é a segunda casa das operárias e que todos(as) que trabalhavam faziam parte da mesma família:

A ideia de que trabalhadores e patrões pertencem a uma mesma ‘comunidade’, lutando por interesses comuns. A imagem da família, utilizada para pensar a fábrica, cumpre a função explícita de negar a existência do conflito capital/trabalho, sugerindo a ideia de uma harmoniosa cooperação entre pessoas identificadas (RAGO, 1986, p. 34).

A proximidade e afetuosidade com patrões e chefia se mesclam à rememoração de um tempo, que após tantos anos, são vistos como de juventude, saúde e capacidade para o trabalho. As narrativas orais, como afirma Verena Alberti (2008, p. 40), não são por si só uma história pronta e acabada, o ofício do(a) historiador(a) consiste na problematização e organização das mesmas atentando para a rememoração em si e as subjetividades contidas nas formas de rememorar.

Por outro lado, dona Marli relembra que nos anos 1980 não havia refeitório na madeireira e a empresa não fornecia refeições aos(as) operários(as), nem cesta básica. Os(as) trabalhadores(as) levavam o almoço ou jantar em marmitas, mas aos poucos isso foi se modificando, principalmente de 1990 em diante, quando a empresa começou a pagar refeições e o transporte. Segundo a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), desde 1943, no artigo nº 230 consta que as empresas não poderiam impor horário de almoço antes das 10h da manhã e depois das 13h da tarde. Para o jantar, não poderia ser antes das 16h00 ou depois das 19h30 da noite (CLT, 2017, p. 43).

Começando a trabalhar na madeireira em meados dos anos 1990, dona Anadir, já era operária - costureira - em uma fábrica de jeans. Na madeireira trabalhou no secador, no setor da montagem e por último ocupou a função de porteira, durante dez anos. Nessa última função ficava encarregada de receber e dispensar cargas de madeira, atender telefone e atender aos clientes que iam até a fábrica pessoalmente. De acordo com o seu relato: “Eu fiquei como porteira, mas bem no final da fábrica no último ano, eu gostava. Até me

identifiquei na área” (ANADIR, 2022). Não se colocou em nenhum momento durante a entrevista na função de recepcionista ou atendente.

Na entrevista, ela denota perceber mudanças nas ocupações de mulheres na fábrica ao longo do período lá trabalhado. Assim como as demais funcionárias, entrou sem experiência na área e tinha jornadas de trabalho de até 12 horas por dia. Na função de porteira, conta que ao receber alguns clientes ficava sabendo sobre o destino da produção da madeireira. Segundo ela: “Os clientes normalmente eram de fora, por causa do mercado externo né! Eram pessoas dos Estados Unidos, Canadá e Porto Rico. Iam até a firma falar com os chefes, acho que conferiam algo também na hora” (ANADIR, 2022). Esse relato indica a importância, observada por ela, da empresa na exportação de compensados e para onde ia o resultado do trabalho das operárias. Além disso:

Nessa fase da firma, creio eu, que a empresa já tinha muitos funcionários se duvidar passava 300 nos anos 1990. As mulheres eram em sua maioria auxiliares de produção, mas aos poucos passaram a ser encarregadas, porteiras, telefonistas, operadoras de máquinas entre outros. Eu acho que na época homens e mulheres já contabilizavam aproximadamente 50% de cada (ANADIR, 2022).

Em 1995 foi preparada pela Organização das Nações Unidas (ONU), a *IV Conferência Mundial Sobre a Mulher*. Neste evento foram discutidas questões sociais e políticas referentes a mulheres no mercado de trabalho, com o intuito de propor a possibilidade de cotas para mulheres nas empresas e no judiciário. O reflexo que essa conferência trouxe para o Brasil foi a realização de uma campanha chamada “mulheres sem medo no poder”. Segundo Leila Machado Coelho & Marisa Batista (2009):

No mesmo ano, foi aprovada a Lei 9100, estabelecendo o mínimo de 20% de candidaturas femininas para os cargos legislativos, nas eleições municipais de 1996. Em 1997, essa lei foi substituída pela lei 9504, do Código Eleitoral Brasileiro, que estabeleceu o mínimo de 25% para as candidaturas femininas nas eleições de 1998, elevado para 30% a partir das eleições municipais de 2000 (COELHO; BATISTA, 2009, p. 95).

Mudanças necessárias para que, cada vez mais, as mulheres pudessem ocupar novas posições na sociedade, seja no mercado de trabalho ou na política. Infelizmente, nem tudo que foi colocado em pauta foi posto em prática, apesar de que era a primeira vez que haviam começado a falar sobre a possibilidade de cotas para mulheres.

Nas memórias dessas mulheres a dureza da vida operária está intercalada às amizades, a aprendizagem, a capacidade produtiva, o manejo com as máquinas, a conquista da casa própria e a criação de filhos(as). Mulheres das classes populares e de um estado em franco êxodo rural e que tiveram poucas oportunidades de trabalho e de renda, e que com

orgulho e dignidade encontraram na atividade operária a viabilidade para a sobrevivência e a dignidade do trabalho.

### **Mãe operária**

Eu tive um casal de filhos, quando comecei a trabalhar lá na firma, minha menina tinha uns cinco anos de idade. Depois de um tempo trabalhando tive o meu filho, mas esperei eu ‘firmar lá’, daí que eu tive o meu filho. Eu os criei trabalhando com as madeiras e não foi fácil, mas tudo passa e hoje são adultos e têm os seus próprios filhos (GERALDA,2021).

A expressão de dona Geralda “[...] mas eu esperei ‘firmar lá’ [...]”, expressa o temor da demissão que uma gravidez poderia acarretar. A partir das falas das entrevistadas, observamos que as mulheres que foram mães durante o período que trabalharam na empresa, esperaram entre cinco a dez anos para “firmar” no emprego.

Anteriormente já apontamos a condição de precariedade daquelas que já tinham filhos(as) quando entraram na madeireira, nos anos 1980. A necessidade de sobrevivência implicava em deixar filhos(as) sozinhos (as) em que os maiores cuidavam dos mais novos e à medida que iam crescendo, também precisavam encontrar emprego. Segundo Lucila Scavone (2001, p. 49):

No momento em que as mulheres das famílias operárias, começaram a associar, de forma crescente, trabalho fora do lar e maternidade (leia-se, também, como trabalho no lar), instaurou-se a lógica da dupla responsabilidade, que se consolidou no século XX, com o avanço da industrialização e da urbanização, recebendo por parte das análises feministas contemporâneas a designação de ‘dupla jornada’ de trabalho.

A tripla jornada de trabalho era parte da dificuldade em ser operária e mãe: o dilema dos cuidados com os(as) filhos(as), com a casa e o trabalho na fábrica. Cinco das onze operárias entrevistadas tiveram ao menos um filho durante o período que foram operárias na madeireira. Quatro delas já entraram na empresa sendo mães: Vilka, Cândida, Marilda e Rozana.

A senhora Rozana relata que tinha dois filhos quando entrou na empresa. Contou que na época eram pequenos e teve dificuldades em relação ao seu horário de trabalho, por conta de trabalhar o dia todo: “Meus filhos ficavam de manhã na casa da minha mãe, a partir das 7 horas da manhã, ficavam a manhã inteira lá. Depois que almoçavam iam para escola, conseguiam ir sozinhos, já eram grandinhos” (ROZANA, 2022).

As legislações sobre licença maternidade foram configuradas a partir da Constituição de 1988. A partir da Lei nº 8.213/1991, mulheres passaram a ter direito a licença (remunerada) maternidade, por 90 dias, na condição biológica ou adotiva (TAVAREZ, 2020).

As operárias que tiveram filhos declaram que tiveram direito a licença maternidade, contudo, a expressão utilizada por dona Geralda - “firmar no trabalho” - , indica que nem tudo estava assegurado.

Uma delas relatou que quando grávida executava as mesmas atividades, mesmo horário e hora extra que as demais operárias. Dona Aguína também trouxe em seu relato as dificuldades. Ela relembra que: “Independente de estar grávida ou não, o serviço era o mesmo! Era cansativo, andava bastante, e ficava muito tempo em pé, tinha dias que não era fácil, ainda mais no final da gestação” (AGUINA, 2021). Assim que o primeiro filho nasceu, saiu do emprego:

Eu e meu marido entramos num acordo na época, de eu sair do trabalho e ficar em casa, cuidando do filho e da casa, e ele saiu do emprego antigo e entrou no meu, por conta das horas extras que a empresa dava! Na época não era fácil achar alguém que cuidasse bem de um bebê pequeno e da casa e meu marido viu que eu não dava conta de tudo (AGUINA, 2021).

Abdicar do trabalho, negociar com o marido, foi a solução encontrada por ela, uma vez que as dificuldades de ser mãe e operária a forçaram a escolher pela família. Segundo Scavone, entre o modelo reduzido de maternidade e a variedade crescente de tipos de mães (mães dona de casa, mães chefes de família, mãe de “produção independente”, “casais igualitários”) e as diversas soluções encontradas para os cuidados da criança (creches públicas, babás, escolas, vizinhas que dão uma olhadinha, crianças entregues a seus próprios cuidados e aos avós), a maternidade foi se transformando: seguindo tanto as pressões demográficas, as diferentes pressões feministas e os desejos de cada mulher (SCAVONE, 2001).

Dona Marli, quando se casou, conforme narra, conseguiu comprar um terreno no Jardim Los Angeles, a uma quadra e meia da antiga madeireira. Seu marido passou a trabalhar também na empresa, em turnos alternados aos dela. Ou seja, quando ela trabalhava no turno da noite, ele trabalhava no turno do dia. Essa foi uma estratégia adotada pelo casal por conta da dinâmica do cuidado da casa e logo que tiveram filhos(as). O casal teve quatro filhos durante o período em que ela trabalhava na empresa. Sobre a rotina com a família e o cuidado com os filhos pequenos, ela rememora:

Aqui em casa tinha que ser tudo dividido, se eu trabalhava a noite, meu marido tinha que ficar em casa no horário que eu não estivesse, por conta dos filhos. As atividades precisavam ser divididas, quando eram pequenos ele precisava ficar com eles, fazer a comida e organizar as coisas em casa. E sempre precisamos trabalhar em horários alternados, até começarem a ter idade suficiente de irem para escola e ou de ficarem sozinhos (MARLI, 2021).

Conforme assinala Camila Daniel (2011), a participação das mulheres na vida econômica como operárias não diminuiu o trabalho doméstico ou as responsabilidades com os demais familiares (crianças, idosos(as) e doentes em geral), mas a inserção como operária no mercado de trabalho ampliou o olhar sobre a identidade como trabalhadora.

A atividade na madeireira transporece como foco nas lembranças e identificações dessas mulheres como operárias. Dona Saloméa/Marta, mesmo aos 73 anos, precisou afirmar que não trabalha mais devido à condição de saúde, agravada por ter sido fumante por muitos anos, e que sofre com desgaste ósseo. O relato de suas dores e doenças parece justificar o fato de não trabalhar mais, mesmo sendo aposentada, o que indica a percepção de trabalho vinculado ao emprego remunerado e a necessidade de demarcar a impossibilidade física, como se ainda tivesse que trabalhar como antes.

Dona Rosilene trabalhou na indústria madeireira de 1990-2003. Na época era casada e teve dois filhos. Saiu da empresa porque sonhava em ter seu próprio negócio no ramo de alimentos e abriu uma lanchonete com seu marido no centro da cidade. Quando entrou na madeireira já tinha o primeiro filho: “Se eu não me engano ele estava perto de uns 8 anos de idade, daí eu engravidei de novo em 1997, e tive o meu caçula” (ROSILENE, 2021). Durante a gestação, dona Rosilene fazia o horário das 5h até 15h15min, como auxiliar de produção. Segundo ela, se separou do marido e logo em seguida ele faleceu. Isso aconteceu quando seu filho caçula havia entrado na adolescência. Como um lamento, narrou:

Eu trabalhei com o pai dos meus filhos na madeireira, e aos poucos, durante 13 anos de trabalho juntamos dinheiro para empreender, para montar uma lanchonete era o nosso sonho. Quando conseguimos, meu casamento começou a entrar em crise e começamos a nos se desentender e me separei dele, depois ele veio a falecer. Eu sinto um pouco de falta, é estranho as vezes, sabe?! (ROSILENE, 2021).

O esforço dedicado ao sonho por longos anos e seu fim, são mesclados as lembranças sobre as funções que executava na madeireira: “Eu fazia de tudo um pouco, pois eu era auxiliar né” (ROSILENE, 2021). Narrou que sua gravidez foi planejada. Teve o primeiro filho após dez anos de casada e sete como operária. Quando seu filho mais novo fez seis anos de idade, pediu demissão para abrir a lanchonete, que funcionou por cerca de 15 anos. Depois ela se aposentou e a vendeu.

A senhora Anadir relatou que teve quatro filhos enquanto trabalhava na madeireira, assim como seu marido:

O meu marido trabalhou lá, e fez de tudo um pouco como eu fazia, trabalhávamos em turnos de até 12 horas por dia. Eu fazia o turno de dia e ele a noite, fazíamos isso para poder ficar com os filhos, sem precisar de ajuda de avós ou para precisar contratar baba. A minha filha mais velha na época deveria ter uns 12 anos na época,

não lembro com precisão das idades, mas sim da rotina de ter essa estratégia em casa para cuidar deles (ANADIR, 2022).

Alguns destes filhos(as), criados(as) em meio às dificuldades de conciliar as jornadas de trabalho e família, iriam ver as mães se aposentarem ou serem demitidas por conta da falência da empresa. Além disso, é importante assinalar a participação ativa de alguns companheiros nas lidas domésticas e na criação dos(as) filhos(as). Tendo como base famílias constituídas com filhos(as) pequenos(as), Rago assinala que as relações familiares, na classe operária, podem ser capazes de produzir um novo modelo normativo de família com a possibilidade de adaptação, conforme as atividades desempenhadas pelo casal (RAGO, 1986, p. 18).

Segundo Scavone (2001), a partir dos anos de 1960, a pílula contraceptiva possibilitou às mulheres um controle maior sobre a sexualidade e a escolha da maternidade. Dentre as operárias entrevistadas apenas duas não tiveram filhos. Segundo elas, optaram por não ter. Dona Marta é uma delas: “Eu não tive filhos. Quando vim trabalhar em Guarapuava, logo em seguida me separei do meu ex-marido e fiquei na casa da minha mãe, e não casei de novo, eu não quis mais!” (MARTA, 2021).

Situação parecida é relatada por dona Maria Helena: “Eu não tive filhos, porque eu me casei mais velha, aos 41 anos de idade, e eu cuidei da minha mãe até falecer ela precisava de mim! Então me casei depois somente quando ela veio a falecer” (MARIA, 2021). Segundo Perrot (2005), com uma certa persistência, muitas mulheres passam pela escolha de ser uma trabalhadora ativa e abdicar de situações da vida privada, tal como a maternidade.

O fato de uma mulher não ter filhos, por opção e/ou pelas vicissitudes da vida, não está livre de cobranças sociais. Para Georgiane Vazquez (2020), ser ou não ser mãe está relacionado à experiência cultural da “condição feminina”. As duas operárias que não tiveram filhos, dentro da moralidade apregoada, apontam a ausência de marido (casamento) como motivo para fugirem dessa lógica. Dona Marta por não ter se casado novamente e Maria Helena por ter se casado somente após o falecimento da mãe. Ser mãe já era tarde.

Algumas entrevistadas observaram que nos anos 1990 as operárias começaram a participar de atividades que até então eram realizadas somente por homens: cargos de chefia e a função de operador(a) de máquinas (empilhadeira).

### **Dominar as máquinas**

Conforme observado por dona Anadir, houve diversificação das funções das operárias ao longo da década de 1990. Nesse momento a empresa contava com cerca de 320

funcionários e seus proprietários resolveram fazer uma espécie de seleção interna para organizar “uma nova turma de operadores de máquinas”, segundo dona Marli.

A máquina em questão era a empilhadeira. Esse tipo de maquinário desenvolvido e utilizado em fábricas desde 1927, tem a capacidade de elevar os produtos a serem transportados por até 15m. Um tipo de máquina que exigia alta concentração e cuidado em seu manuseio, pois não tinha segurança em sua utilização<sup>25</sup>.

Nesse período, a preocupação do mercado era otimizar o trabalho, aumentar e destinar parte da produção ao mercado externo, por isso precisou aumentar o número de operadores. De 1980 a 1989, a madeireira tinha uma ou duas máquinas empilhadeiras trabalhando entre os setores, segundo as entrevistadas. Com a nova direção, novas empilhadeiras foram compradas e a empresa passou a ter quatro ou cinco máquinas.

Segundo dona Saloméa/Marta (2021), um dos critérios para assumir a empilhadeira era o tempo de trabalho na empresa. Os recém-contratados não eram chamados, pois tinha que ser encarregado(a) de setor, ou gerente, para fazer os treinamentos e testes. Duas delas foram convocadas para realizar esse treinamento: dona Saloméa/Marta e dona Marli, que estavam trabalhando na empresa desde os anos 1980. Segundo dona Marli, cerca de dez funcionários foram convocados<sup>26</sup> para testes e treinamentos com a empilhadeira, pelo diretor da empresa. Ele mesmo fez a convocação para que as duas participassem: “Na hora eu senti medo! O medo era de fazer errado, de não conseguir. O seu José Arthur me pediu para fazer o teste e não recusei, eu era encarregada na época e os encarregados também poderiam ser operadores, e eu fiz o teste e passei!” (MARLI, 2021). O medo da falha, dos erros, de não dominar a empilhadeira e até questionar a própria capacidade, aparecem nas lembranças dela, frente a novidade de ocupar essa função, até então desempenhada só por homens. Além disso, apenas ela e Saloméa/Marta conseguiram conquistar tal espaço. Sobre isso, Saloméa/Marta, afirmou:

As máquinas tinham tamanhos diferentes, tinha 30, 40 e 50. Esses tamanhos eram com relação a quantidade de cargas que as empilhadeiras suportavam. Eu conseguia da menor até a maior! Lembro que fiz o teste e passei, e que na época até precisava de carteira de motorista, até hoje precisa na verdade, mas eu nunca tive e me tornei operadora mesmo assim! (SALOMÉA/MARTA,2021).

---

<sup>25</sup> Segundo o Instituto Ergon (2021), somente nos anos 1960 projetistas passaram a aperfeiçoar essa máquina, construindo cobertura para reduzir o risco de queda de materiais sobre o operador e evitando o desmoronamento de produtos durante o processo de carregamento. Preocupação legais com a segurança exigiam que os operadores passassem por treinamentos técnicos para aprender como operar, desde 1970, e a realização de treinamentos de segurança com orientações ao encarregado(a) do setor.

<sup>26</sup> Dona Marli não conseguiu recordar com exatidão o número de funcionárias que fizeram os treinamentos, mas se recorda que havia apenas ela e mais uma colega de trabalho mulher, os demais eram todos homens.

O domínio do maquinário e a consciência de ocupar uma função, até então, de homens, é narrado de forma orgulhosa e emocionada. Segundo Teixeira (2009), no ambiente de trabalho os(as) trabalhadores(as) (re)constroem suas identidades. Mesmo que pré-definidos culturalmente, no ambiente de trabalho o processo de identificação, de pertencimento é carregado de sentidos, que vão desconstruindo e reconstruindo novas identidades pela rotina de trabalho (TEIXEIRA, 2009, p. 240). Operar máquinas, tais como a empilhadeira na indústria madeireira, era trabalho de homens operários e não função atribuída às mulheres. Ao contrário de outras funções tais como auxiliar de limpeza, auxiliar de produção e montagem de compensados, vinculados à ideia de feminino/mulheres.

Nos anos 1990, a nova fase da madeireira contava com uma intensa produção de compensados, destinada ao mercado interno e externo e que demandava vários processos de produção. Essa produção era realizada por mulheres em várias etapas, com a presença da empilhadeira para o transporte de cargas de compensados<sup>27</sup>. A presença de mulheres nessas etapas de processo é abrangente. Elisabeth Mônica Neiverth (2011, p. 95), salienta que:

Na laminação as mulheres recebiam as lâminas de madeira prontas que saiam do torno (torno operado por um operário); na hora da secagem, operárias colocavam e recebiam as lâminas no secador; na classificação de lâminas na colagem; colocando e recebendo lâminas da Passadeira; na Montagem, acomodando as lâminas em camadas; no Amassamento fazendo a aplicação de massa para a correção de falhas nas chapas.

Ao falar sobre as funções de operários e operárias da madeira, as entrevistadas afirmaram que nos cargos de auxiliar de produção e limpeza homens e mulheres realizavam essas atividades e recebiam um salário igual. Exigência das leis trabalhistas da época<sup>28</sup>, as quais estavam de acordo com a Constituição de 1988. Neiverth salienta que:

---

<sup>27</sup> A indústria madeireira se aperfeiçoou na produção de compensados a partir de quatorze etapas: 1 - Cozimento de toras: as toras, ainda no pátio, são cobertas e aquecidas por um sistema de vapor que a prepara para a laminação; 2 - Laminação: já na entrada do barracão, as toras são colocadas em um torno que as transforma em lâminas; 3 - Corte das lâminas: nesse momento as lâminas vão a guilhotina para serem cortadas do tamanho adequado, conforme a demanda de produção; 4 - Secagem: as lâminas são colocadas em secadores que são alimentados em uma extremidade, as lâminas percorrem o interior do secador em esteiras, e são recebidas na outra extremidade, já secas; 5 - Classificação das lâminas: nesse momento as lâminas são classificadas e separadas conforme a produção; 6 - Colagem: as lâminas são colocadas em máquinas chamadas Passadeiras, entre dois rolos recebem a cola; 7 - Montagem: as lâminas são recebidas das Passadeira acomodadas em camadas. 8 - Assemblagem: as lâminas são acomodadas na prensa; 9 - Pré-prensagem: nessa fase ocorre a uniformização da montagem; 10 - Prensagem: é o momento em que ocorre a colagem definitiva das lâminas, em chapas de espessura que variam conforme os pedidos dos clientes; 11 - Amassamento: é o momento em que se aplica massa para corrigir pequenas falhas que porventura existam na superfície da chapa; 12 - Usinagem: já é a fase de acabamento. 13 - Lixamento: polimento; 14 - Enfardamento: as chapas são enfadadas para serem enviadas aos clientes (NEIVERTH, 2011, p. 96).

<sup>28</sup> Segundo o Art. 461 da CLT.

[...] a importância das conquistas femininas no âmbito da legislação trabalhista, incorporadas pela Constituição de 1988, a exemplo da igualdade entre homens e mulheres, podendo estas trabalhadoras executarem tarefas e inserirem-se em ambientes industriais antes reservados apenas aos homens, e nesse caso específico, a isonomia salarial, de modo que recebem salários iguais dos homens, evidentemente quando exercem a mesma função (NEIVERTH, 2009, p. 102).

Contudo, é importante salientar que as práticas empresariais não necessariamente seguiam(em) a letra da lei. Dentre os 320 funcionários, apenas duas mulheres passaram a ocupar a posição de operadoras de máquina dos anos de 1990.

Segundo dona Aguiña: “Tinha serviço que era muito pesado para as mulheres fazerem, eu nunca fui operadora de máquinas, apenas auxiliar de produção. Ser operadora de alguma coisa era muito difícil, e às vezes até pesado” (AGUINA, 2021). Essa dificuldade estava associada à crença de que ser um operador de máquinas ainda era visto como uma atribuição masculina no setor madeireiro.

Setores como laminadora e secador, por exemplo, ou até mesmo na parte administrativa da empresa, tinham cargos de chefia e/ou gerência. Apenas duas operárias, das onze entrevistadas, saíram da linha de produção, onde trabalhavam como auxiliares e passaram a trabalhar em outros cargos. Segundo Teixeira (2009):

Quando as mulheres se inserem no espaço de produção, também estão entrando em um espaço de dominação masculina. Se no espaço privado havia o controle da mulher pela via do corpo biológico, no espaço público as vias de controle e dominação masculinas se transformam apoiados no sistema capitalista em diversas formas, por exemplo, desigualdades salariais, feminização de algumas profissões e desvalorização do trabalho feminino (TEIXEIRA, 2009, p. 240).

A feminização de algumas funções é concomitante a sua desvalorização e são reflexos da desigualdade de gênero, onde se determina quais funções podem ser atribuídas a elas e aos homens. Na indústria madeireira, as inovações tecnológicas que eliminaram tarefas pesadas, tornando o trabalho mais ágil, possibilitaram a consideração de mulheres para algumas funções até então atribuídas aos homens. Algumas mulheres puderam assumir a função de operação de maquinários (NEIVERTH, 2011).

A função de operadoras de empilhadeira é rememorada com orgulho e altivez por dona Saloméa/Marta e dona Marli. O avanço do capitalismo e da industrialização fez com que as máquinas fossem incorporadas ao espaço de trabalho, mas não garantiu o livre acesso das mulheres a tais funções e atingiu apenas uma minoria. A presença das máquinas na produção, contudo, não era garantia de entrada ou permanência de mulheres no setor.

Como mulheres operárias, mães ou não, vivenciaram uma rotina de trabalho árduo e aprendizados que ainda as unem em uma identificação como operárias da madeira,

rememorada com altivez e dignidade. Mulheres que foram alimentadas por sonhos de melhoria de vida, e que não sem receios, cansaço, angústias e aflições (criação de filhos(as) e perder emprego), sobreviveram com suas famílias em meio a um processo violento de êxodo rural, urbanização e desenvolvimento e declínio da indústria madeireira no Paraná.

### **Considerações finais**

O presente trabalho buscou apresentar e problematizar algumas situações que foram vivenciadas por operárias no setor madeireiro em Guarapuava-PR. Essas mulheres dedicaram suas vidas ao trabalho buscando o sustento da sua família e a possibilidade de ofertar uma vida melhor para os seus filhos(as). Diante de tantas dificuldades, barreiras sociais, não desistiram de lutar por melhores condições de vida, como por exemplo, comprar uma casa, um carro, e a possibilidade dos filhos(as) poderem estudar. Suas relações com o trabalho ficaram fixas em suas recordações e contam saudosamente como trabalhavam, o que faziam, como faziam e suas dificuldades em meio a esse processo.

### **Fontes - Entrevistas**

ARAÚJO. Marilda Mendes. Guarapuava: 23 nov. 2021. Entrevista concedida a Andriele Gomes. (duração: 48min). Entrevista presencial

BARBOSA. Saloméa Ochinski. Guarapuava: 05 out. 2021. Entrevista concedida a Andriele Gomes. (duração: 2h 10min). Entrevista presencial.

CÂNDIDA. Maria. Guarapuava: 14 jul. 2021 Entrevista concedida a Andriele Gomes. (duração: 53min). Entrevista virtual via WhatsApp (ligação por vídeo)

FERREIRA. Rosilene Lupes. Guarapuava, 21 nov. 2021. Entrevista concedida a Andriele Gomes. (duração: 45 min). Entrevista presencial

FOGAÇA. Marli Aparecida. Guarapuava, 13 de out. 2021. Entrevista concedida a Andriele Gomes. (duração: 1h 22 min). Entrevista presencial

HORODENSKI. Vilka Dzobaty. Guarapuava, 12 de dez. 2021. Entrevista concedida a Andriele Gomes. (duração: 48min). Entrevista presencial.

RODRIGUES. Rozana Aparecida. Guarapuava, 18 de dez. 2021. Entrevista concedida a Andriele Gomes. (duração: 38min). Entrevista presencial.

ROZA. Anadir Aparecida. Guarapuava, 18 de nov. 2021. Entrevista concedida a Andriele Gomes. (duração: 50 min). Entrevista presencial.

SILVA, GERALDA ALVES. Guarapuava, 18 de dez. 2021. Entrevista concedida a Andriele Gomes. (duração: 39 min). Entrevista presencial.

SOUZA, AGUINA RODRIGUES. Guarapuava, 05 de out. de 2021. Entrevista concedida a Andriele Gomes. (duração: 1h20 min). Entrevista presencial.

SOUZA, MARIA HELENA. Guarapuava, 15 de jul. de 2021. Entrevista concedida a Andriele Gomes (duração: 50 min). Entrevista virtual via WhatsApp (ligação por vídeo).

## Referências

BRAVIN, JERONIMO R, GÓIS, SANDRA LUCIA VIDEIRA; BRAIN, SUELLEN MIRANDA RIBEIRO. A formação industrial no Paraná: do desenvolvimento e formação de aglomerados a distribuição desigual do espaço. **Revista Eletrônica de Geografia**, v. 7, n. 18, p. 48-66, 2015.

DANIEL, CAMILA. O trabalho e a questão de gênero. **O Social em Questão**, n. 25/26, p. 323-344, 2011.

GOMES, EMERSON SOUZA; VESTENA, LEANDRO REDIN. A expansão da mancha urbana da cidade de Guarapuava-PR, entre 1940-2016. **Geografia**, v. 27, n. 2, p. 163-183, 2018.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Dados da população de 1940-1990**. Guarapuava-PR: IBGE, 2013.

LAZZARI, FRANCINI MENEGHINI; SOUZA, ANDRESSA SILVA. Revolução Verde: impactos sobre os conhecimentos tradicionais. *In*: 4º Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade: mídias e direitos da sociedade em rede, Santa Maria: Anais do 4º CIBC, 8 a 10 de novembro de 2017.

NEIVERTH, ELISABETH MÔNICA HASSE BECKER. **Como as condições de trabalho na indústria de compensado do município de Imbituva - PR refletem na saúde das mulheres e empregadas**. Dissertação (Mestrado em Ciências Aplicadas). Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, 2011.

NEVES, MAGDA DE ALMEIDA. Anotações sobre trabalho e gênero. *In*: NEVES, MAGDA DE ALMEIDA. **Cadernos de pesquisa**. 43. Ed. - São Paulo: Scielo, 2013. p. 404-421.

NORA, PIERRE. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 10, 1993.

PEDRO, JOANA MARIA. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, v. 24, n. 1, p.77-98, 2005.

PERROT, MICHELLE. As mulheres, o poder, a história. Rio de Janeiro. *In*: PERROT, MICHELLE. **Os excluídos da história, operários, mulheres e prisioneiros**: Paz e Terra, 1988. p. 165-185.

PERROT, MICHELLE. O que é um trabalho de mulher? *In*: PERROT, MICHELLE. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru- SP: EDUSC,2005.

RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar 1830-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SILVA, Márcia da. **Territórios Conservadores de poder no Centro-sul do Paraná**. Tese (Doutorado em Geografia), Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista - UNESP, 2005.

SILVA, Joseli Maria. **Valorização fundiária e expansão urbana recente de Guarapuava-PR**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano) Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, 1995.

SANTOS, Anadalvo Juazeiro. **Indústria madeireira e de cerrados no Estado do Paraná**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Florestal). Curitiba: Universidade Federal do Paraná - UFPR, 1986.

TAVARES, Priscilla Rezende. **A possibilidade de concessão da licença-maternidade no contexto das novas configurações familiares à luz do RE1.211.466/SP**. Brasília: Instituto Brasileiro de Ensino e Desenvolvimento e Pesquisa-IDP, 2020.

TEIXEIRA, Cintia Maria. As Mulheres no Mundo do Trabalho: Ação das Mulheres, no Setor Fabril, para a Ocupação e Democratização dos Espaços Público e Privado. **Teoria e Pesquisa**, v. 25, n. 2, p. 237-244, 2009.

VÁZQUEZ, Georgiane Garabely Heil. Memórias de uma ausência: mulheres sem filhos e suas narrativas sobre a maternidade no Paraná do século XX. **História Regional**, v. 21, n. 2, p. 338-363, 2016.

*Artigo submetido em: 15 de junho de 2023.*

*Artigo aprovado em: 30 de agosto de 2023.*